

CADERNO DE ENCARGOS

DE

Aquisição de veículos automóveis ligeiros de passageiros

Cláusulas gerais

ÍNDICE

- 1. Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento**
- 2. Regulamento e outros documentos normativos**
- 3. Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço**
- 4. Objeto do concurso**
- 5. Prazo**
- 6. Preço base**
- 7. Obrigações do prestador de serviços**
- 8. Forma de prestação do serviço**
- 9. Garantia**
- 10. Objeto de dever de sigilo**
- 11. Preço contratual**
- 12. Condições de pagamento**
- 13. Penalidades contratuais e Resolução do contrato**
- 14. Foro competente**
- 15. Comunicações e notificações**
- 16. Contagem de prazos**
- 17. Legislação aplicável**

Art. 1º – Disposições e cláusulas por que se rege o fornecimento

1. Na execução da prestação do fornecimento observar-se-ão:
 - a) As cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante;
 - b) O Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro.
2. Para os efeitos estabelecidos na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato este caderno de encargos, os restantes elementos patenteados em concurso, a proposta do adjudicatário e, bem assim, todos os outros documentos que sejam referidos no título contratual ou neste caderno de encargos.
3. Os diplomas legais e regulamentares a que se refere a alínea b) do número 1 serão observados em todas as disposições imperativas e nas demais cujo regime não haja sido alterados pelo contrato ou documentos que dele fazem parte integrante.

Art. 2º - Regulamentos e outros documentos normativos.

Para além dos regulamentos referidos neste caderno de encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e se relacionem com o fornecimento a efetuar.

Art. 3º Regras de interpretação dos documentos que regem a prestação do serviço

1. As divergências que porventura existam entre os vários documentos que se consideram integrados no contrato, se não puderem solucionar-se pelos critérios legais de interpretação, resolver-se-ão de acordo com as seguintes regras:
 - a) O estabelecido no próprio título contratual, que prevalecerá sobre o que constar de todos os demais documentos;
 - b) O estabelecido na proposta prevalecerá sobre todos os restantes documentos, salvo naquilo em que tiver sido alterado no título contratual;

Art. 4º Objeto do concurso

O contrato a celebrar tem por objeto principal a **aquisição de veículos automóveis**

Art.5º Prazo

O prazo para a conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições é o referido no artigo 8º.

Art. 6º Preço Base

Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Câmara Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviço o preço base de **18 455,29€**, acrescido de IVA à taxa legal.

Obrigações contratuais

Obrigações do prestador de serviços

Art.7º Obrigações do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as obrigações principais:

- a)** Obrigação de entrega do bem identificado na proposta
- b)** Obrigação do cumprimento do prazo de entrega do bem identificado na proposta.
- c)** O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, que sejam necessários para o bom e integral funcionamento e utilização dos mesmos.

- d) Com a entrega dos bens objeto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para o município de Tondela, bem como do risco de deterioração ou perecimento do mesmo, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre o fornecedor
- e) Todas as despesas e custos com a deslocação dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor

Art. 8º Forma de prestação do serviço

1. Após a adjudicação o concorrente terá de entregar a viatura no prazo de 5 dias.

Art. 9º Garantia

A garantia dos bens objeto do contrato deve ser obrigatória e gratuita durante o período de 2 anos.

Art. 10º Objeto do dever de sigilo

- a) O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- b) A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- c) Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial

ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Obrigações da Câmara Municipal

Art. 11º Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

Art. 12º Condições de Pagamentos

1. A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a emissão das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os fundamentos, ficando o prestador de serviço obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Art.13º Penalidades contratuais e resolução

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o município de Tondela, pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento do prazo de entrega do bem objeto do contrato
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o município pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do valor do bem.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o município de Tondela terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa e as consequências do incumprimento.
4. Resolução por parte do município de Tondela
 - a. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato na lei, o município pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos serviços :
 - i. Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a 15 dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
 - ii. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo CSPM.

Resolução de litígios

Art.14º Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de circulo de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Art. 15º Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Até à celebração do contrato as comunicações far-se-ão através da plataforma eletrónica www.acingov.pt

Art.16º Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Art.17º Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo Código Contratos Públicos (CCP).

Tondela, dezembro de 2015

O Presidente da Câmara

José António Gomes de Jesus, Dr.

Especificações técnicas

Viatura ligeira de passageiros (viatura A):

Estado: usada
5 lugares,
Cilindrada/potencia : até 1400 cc/68cv
Combustível: diesel
Caixa manual de 5 velocidades
Equipamento fundamental: ABS; Airbag passageiro, condutor e laterais; Apoios de cabeça traseiros; Sensor de chuva; ESP; Sensor de luzes; Computador de bordo; Tomada Jack; Rádio CD e MP3; Cruise control; Retrovisor exterior lado passageiro e condutor elétricos; Roda Sobressalente Pneu suplente com jante de aço; Vidro dianteiro elétrico lado condutor e passageiro; Banco traseiro rebatível por partes; Ar condicionado manual; Kit-mãos-livres Bluetooth; Faróis de nevoeiro; Tomada elétrica; USB; Jantes em liga leve; Dimensão das rodas 15'

Viatura ligeira de passageiros (viatura B):

Estado: usada
5 lugares,
Cilindrada/potencia: 1.0 Vti 68 cv (998 cm3)
Combustível: diesel
Caixa manual de 5 velocidades
Equipamento fundamental: Airbags laterais; Sensor de chuva; ESP; Luzes diurnas em LED; Computador de bordo; USB; Rádio MP3; Vidro dianteiro elétrico lado condutor e passageiro; Apoios de cabeça traseiros; Ar condicionado manual; Kit-mãos-livres Bluetooth; Faróis de nevoeiro; Tomada Jack; Carregador CD; Roda Sobressalente Pneu suplente de dimensão reduzida.